



O TUIUTI



**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)**

205 ANOS DO NASCIMENTO DE SAMPAIO - 70 ANOS DAS VITÓRIAS DA FEB NA ITÁLIA

ANO 2015

Setembro

Nº 153

HISTÓRIA E IDEOLOGIA: A PRODUÇÃO BRASILEIRA SOBRE A GUERRA DO PARAGUAI

**Francisco Fernando Monteoliva Doratioto
Professor do Departamento de História da Universidade de Brasília**

1) A Guerra do Paraguai foi um marco para os países que dela participaram. Guerra do Paraguai se diz no Brasil; Guerra da Tríplice Aliança se fala no Rio da Prata e, no Paraguai, é conhecida como Guerra Grande; na busca de uma designação comum se poderia dizer Guerra de 1865-1870. Dessas designações a que mais se aproxima da realidade é, de fato, Guerra Grande: grande foi sua duração; grande foi o sofrimento humano que desencadeou nas nações envolvidas e grandes foram as consequências políticas e econômicas para os países que a lutaram. No entanto, ela também pode ser chamada de Guerra do Paraguai porque, no plano militar, começou com o ataque paraguaio a Mato Grosso - o que na perspectiva paraguaia significava recuperar a posse de um território litigioso - ampliou-se com a invasão de Corrientes e Rio Grande do Sul e foi travada a maior parte do tempo - por quase quatro anos - no território do Paraguai. Também foi a Guerra da Tríplice Aliança pois nela se assistiu à cooperação argentino-brasileira-uruguaia, pois ao conflito militar antecederam:

- as disputas entre partidos políticos na Argentina e no Uruguai;
- o interesse do Império do Brasil de evitar mudanças no *status quo* uruguaio; e
- a demanda do governo de Francisco Solano López de ser parte no processo político platino.

A dramaticidade do conflito repercutiu pelas gerações seguintes, o que deu margem a leituras e releituras de seu significado e, mais, ao seu uso com finalidades várias, quer por governos, quer por movimentos intelectuais.

2) No caso do Império do Brasil, a Guerra do Paraguai representou o apogeu do poder do Estado Monárquico. Demonstra-o a capacidade de organizar um exército moderno, em lugar da pequena força mal armada de 16.000 homens existentes em 1864, e uma nova Marinha, capacitada a combater em ambiente fluvial.

Apesar da oposição interna à guerra e das pressões externas contrárias ao lado aliado, o Estado Monárquico sobrepujou-as e conseguiu sustentar a guerra em teatro de operações longe do território brasileiro, quer dizer, distante de bases logísticas seguras, e em ambiente humano e geográfico hostil. Se a Guerra do Paraguai constituiu o apogeu do poder do Estado Imperial, também prenuncia o início de sua decadência, quer por ampliar tensões internas na estrutura sócio-política, quer por emergir do conflito um exército no qual parte da oficialidade transferiu sua lealdade da figura do Imperador, personificação do Estado Monárquico, para a Nação.

3) A persistência do Estado Monárquico em sustentar a guerra teve como respaldo, no plano das ideias, a justificativa de ter sido o Brasil agredido sem prévia declaração de guerra e de que Francisco Solano López era uma megalômano, cuja permanência no poder no Paraguai constituiria permanente ameaça para a paz na região e para a segurança das fronteiras brasileiras.

Com esses argumentos, o Império mobilizou brasileiros de todas as províncias para a luta e, pela primeira na história do Brasil independente, se combateu pela mesma causa de norte a sul do país.

4) A primeira narrativa brasileira do esforço para rechaçar o invasor foi o livro de caráter épico *A Retirada da Laguna*, de Alfredo d'Escagnolle Taunay. A primeira edição do livro é de 1868, com pouco mais de 50 páginas e foi publicada em francês, idioma internacional na época e de domínio do autor. No primeiro capítulo Taunay faz um breve histórico da guerra, caracterizando como agressivo o comportamento do Paraguai, enquanto nos demais relata a aventura da coluna militar enviada por terra, desde São Paulo, inicialmente com o objetivo de reforçar a defesa de Mato Grosso, mas que acabou sendo incumbida de expulsar os paraguaios dessa província. O livro foi ampliado em 1871, naquela que é sua versão definitiva e publicado pela primeira vez em português em 1874. *A Retirada da Laguna* narra com dramaticidade os acontecimentos e lhes dá dimensão épica, na qual o inimigo não é só soldado paraguaio mas, também, a natureza que é majestosa e, ao mesmo tempo, cruel com suas pequenas pragas – mosquitos, serpentes, etc. – e obstáculos – pântanos, rios, clima....

5) Essas características de *A Retirada da Laguna* estão presentes, em menor ou maior grau, nos livros sobre a guerra escritos após 1870, normalmente tendo como autores homens que estiveram no teatro de operações. E estão presentes não por imitação mas sim porque as dimensões dramática e épica eram realidade nos campos de batalha. Afinal, esse tipo de discurso não foi uma reconstrução intencionalmente deturpada do passado mas tratou-se, sim, de esforço em relatá-lo,

embora se saiba que a memória é traiçoeira e, mais, que a narração também é interpretação.

6) A interpretação predominante, quer nos anos de guerra, quer posteriormente, foi a de que o Paraguai agrediu o Império brasileiro sem ter motivos diretos para tanto. Na realidade essa interpretação não responsabilizava o país vizinho pela agressão, mas, sim, a Francisco Solano López. O raciocínio era de que López dominava de forma tirânica o seu país pois, como se sabe, no Paraguai a imprensa era estatal; não havia partidos políticos ou tolerância com qualquer tipo de oposição e o Congresso só funcionava quando convocado pelo Chefe de Estado.

Todas as decisões governamentais relevantes eram de iniciativa de López, inclusive a de atacar as forças brasileiras em Mato Grosso e, posteriormente, Corrientes e o Rio Grande do Sul. Era tão forte no Brasil a percepção do poder pessoal absoluto do governante paraguaio, que na imprensa e nos livros brasileiros da época era normal a designação de “A Guerra do López” para o conflito entre o Paraguai e a Tríplice Aliança.

7) Os autores brasileiros, no início da guerra, caracterizavam López como um tirano ambicioso que desejava expandir sua influência no Rio da Prata, o que o levou a desencadear o conflito. Nos dois anos finais da guerra, após se conhecerem as prisões, torturas e mortes promovidas por López contra civis - inclusive seus irmãos - e militares paraguaios, supostamente por conspirarem, ele passou a ser classificado de sanguinário e assassino. Facilitou a consolidação dessa imagem depoimentos de prisioneiros sobreviventes, como a francesa Dorothea Duprat de Lasserre que, ao ser libertada, fez um relato escrito de seu sofrimento, cujo conteúdo tornou-se público, e que foi publicado na forma de livro em 1893.

8) A guerra implicou em enormes sacrifícios para o Estado Monárquico brasileiro. No plano financeiro, foram gastos cerca de 614 mil contos de réis, uma enormidade como pode ser visto ao se comparar com o orçamento do governo imperial referente ao

ano de 1864: 57 mil contos de réis. Em um momento de expansão econômica, graças à expansão da agro-exportação, transformou trabalhadores, produtores de riquezas, em soldados, consumidores de recursos. Em cada cinquenta brasileiros, um foi mobilizado diretamente para o esforço de guerra e, se considerada apenas a parte alistável da população masculina, a proporção é de um homem para cada vinte na faixa entre 15 e 39 anos de idade.

No aspecto político a guerra, com sua longa duração e o enorme custo humano e financeiro daí decorrente, contribuiu para acirrar as contradições políticas – veja-se, por exemplo, os acontecimentos de 1868 -, e para desgastar as regras informais da luta pelo poder, que ocorria sob o controle do Imperador, e seus simbolismos.

9) A vitória na guerra, que teve características particularmente difíceis aos atacantes, foi recebida com alívio e regozijo no Brasil. Após tantos sacrifícios e dúvidas quanto à condução do conflito, passou-se à “louvação das glórias militares do Brasil e do Império”. Por encomenda oficial, foram pintadas grandes obras tratando de momentos da guerra: A Batalha do Avaí, de Pedro Américo, e Combate Naval do Riachuelo, de Victor Meirelles. Chefes militares receberam títulos de nobreza e construiu-se, no plano narrativo, a epopeia da guerra. Esta, ressalta Ricardo Salles, de relatos e recordações do cotidiano nos campos de batalha, que, em algum grau, era crítico, servindo de contraponto à versão apologética oficial.

10) Com o fortalecimento do movimento republicano brasileiro, a partir da fundação do Partido Republicano em 1870, apareceram críticas à atuação do Império do Brasil no Prata. Elas podiam ser encontradas principalmente nos jornais “A Reforma” e “A República”. Contudo, não questionavam a legitimidade da guerra, mas sim a competência de alguns chefes militares e, principalmente, a validade da política do Gabinete Conservador brasileiro de conter suposto projeto expansionista em relação ao Paraguai.

11) A legitimidade da guerra passou a ser questionada pelos positivistas brasileiros, após o golpe militar que derrubou o Estado Monárquico em 1889, e instalou a República no Brasil. A nova realidade política era ambígua quanto a Guerra do Paraguai, pois os dois militares de maior patente que participaram do golpe, generais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, haviam lutado no conflito com reconhecida bravura e não manifestaram dúvidas quanto a sua validade. Contudo, o novo regime republicano tinha embasamento ideológico positivista e intelectuais adeptos deste pensamento, coerentes com seu caráter pacifista, condenaram a Guerra do Paraguai.

Eles também atuaram, assim como outros aderentes da República, com a finalidade de justificar a nova realidade política brasileira e uma forma de fazê-lo era criticando homens e acontecimentos da história do Brasil Monárquico, inclusive o conflito com o Paraguai. Por temerem uma restauração monárquica voltaram-se principalmente contra Pedro II, que tinha sido uma figura popular, e mesmo após sua morte, em dezembro de 1891, esse temor persistiu por algum tempo.

12) Nos primeiros anos após a instalação da República, travou-se verdadeira guerra ideológica entre intelectuais adeptos do novo regime e aqueles que defendiam a superioridade da antiga ordem monárquica. Destes, destacavam-se intelectuais como André Rebouças, Joaquim Nabuco e o visconde de Taunay, herdeiros da corrente liberal progressista que se mantivera fiel à Monarquia. A República, na concepção desses pensadores e de outros intelectuais monarquistas, nada mais era do que “o resultado do conluio entre escravocratas descontentes com a Abolição com o militarismo de inspiração platina”, que afastava o Brasil da Europa e da civilização, jogando-o na vala comum do caudilhismo hispano-americano.

Já para os positivistas o regime monárquico era, por definição, incompatível com a forma republicana de governo e, como consequência, o Império do Brasil gerou desconfiças e foi agressivo com os países vizinhos, inclusive com o Paraguai.

13) Joaquim Nabuco, no livro “Nabuco de Araújo, um estadista do Império”, rejeita que houvesse intenção do Império de desencadear a guerra contra o Paraguai ao fazer gestões diplomáticas no Rio da Prata (Missão Saraiva) e pressão militar sobre o governo uruguaio. Nabuco justifica a ação brasileira no Uruguai e, ainda, a Guerra de 1865-1870 como um instrumento de civilização, de liberdade. Na realidade, não é exagero afirmar que Nabuco via o conflito como um confronto entre a Civilização e a Barbárie.

14) Afinal, a versão que se impôs no Brasil foi aquela que, com variações de ênfase e enfoque, definiu Francisco Solano López como chefe de Estado ambicioso e responsável pelo início da Guerra Grande/Guerra do Paraguai. Na origem dessa versão predominavam os relatos de ex-combatentes, como Taunay, Dionísio Cerqueira e André Rebouças, mas havia, também, ensaios interpretativos. Essa interpretação constitui a historiografia clássica brasileira porque, afinal, ela foi a primeira a surgir e, mais, construiu um modelo explicativo que predominou por décadas para explicar a Guerra do Paraguai.

15) Dos livros brasileiros sobre a guerra, de caráter memorialístico “Reminiscências da Guerra do Paraguai”, de Dionísio Cerqueira é dos mais interessantes quer por seu conteúdo, quer pela condição do seu autor. Cerqueira lutou toda a guerra, iniciando como alferes, e, na República brasileira, chegou a general e Ministro das Relações Exteriores. Nas suas memórias, ele reafirmou o relato tradicional sobre Francisco Solano López e não só reforçou os relatos brasileiros anteriores no reconhecimento da valentia do soldado paraguaio, como o trata com simpatia em diferentes passagens.

16) As obras clássicas não deixavam dúvidas quanto a origem da guerra, mas muitas delas eram dúbias ao analisar a evolução do conflito. Embora justificassem a luta pela necessidade de responder à agressão de López ao Império, não escondiam a admiração pelos paraguaios que lutaram bravamente, preferindo a morte à rendição.

Tamanha coragem não se harmonizava com a explicação de que os paraguaios lutavam devido ao terror que lhes infundia o ditador e as represálias que ele impunha a parentes e companheiros daqueles que não cumprissem suas ordens.

A explicação não está errada, pois López de fato exercia o terror. Contudo ela está incompleta por não considerar, também, que os paraguaios se convenceram do que dizia a propaganda lopizta: os aliados, se vitoriosos, poriam fim à independência do Paraguai. Assim, os soldados paraguaios resistiram bravamente porque estavam convencidos de que defendiam a soberania do seu país.

17) A historiografia clássica foi contestada, com intensidade decrescente, pelos positivistas motivados por pressupostos filosóficos e pela disputa intelectual contra os críticos dos primeiros anos da República brasileira, durante os quais a corrupção e o nepotismo foram comuns. Faltava aos positivistas documentos que isentassem Francisco Solano López da sua parte de responsabilidade pelo início da guerra. Havia, sim, documentos que demonstravam ter López se deixado convencer - ou simulou que se convencera - pela diplomacia uruguaia, de que a intervenção brasileira e argentina na guerra civil do Uruguai, apoiando os rebeldes colorados, se voltaria posteriormente contra o Paraguai.

18) Por volta de 1891 os positivistas organizaram, no Rio de Janeiro, a *Comissão Benjamin Constant*. Sua finalidade era defender a devolução ao Paraguai dos troféus conquistados pelo Império no conflito de 1865-1870, bem como a de obter o perdão da dívida de guerra paraguaia para com o Brasil. Essa entidade era ativa, tendo, ademais, caráter revisionista ao enaltecer Francisco Solano López.

19) Esses positivistas apoiaram, no início do século XX, as atividades de Ricardo Brugada Filho, Secretário da Legação paraguaia no Rio de Janeiro. Brugada Filho, juntamente com Ignacio Pane e Juan O’Leary, estavam à frente do movimento que se iniciava no Paraguai reivindicando a condição de herói/vítima para Francisco Solano López.

Quando assumiu o cargo de Encarregado de Negócios, Brugada foi homenageado pela *Comissão Benjamim Constant*. Esta publicou um folheto no qual constava o discurso de Brugada na cerimônia em sua homenagem, bem como artigos da imprensa e pronunciamentos favoráveis ao revisionismo. Constava dessa publicação um artigo que o Deputado Barbosa Lima escrevera para o jornal "O Diário", classificando López como "bravo", embora, também, como "ditador". Nesse artigo, referindo-se à ideia de perdoar a dívida de guerra, dizia que o Paraguai não necessitava de perdão, mas, sim, "a cruel política de Pedro II".

20) No Primeiro Congresso de História, em 1910, organizado pelo Instituto de História e Geografia do Brasil, foram apresentadas quatro dissertações sobre a Guerra do Paraguai. Todas eram escritas por militares, mas afastados da censura positivista à guerra. Essas dissertações constituíam um

...conjunto bastante homogêneo, cujo enfoque privilegia a *arte da guerra*, com detalhadas descrições das situações de combate, mas sempre entrecortadas por relatos de episódios de bravura e patriotismo.

21) Persistia, porém, o contra-discurso positivista de recusa em reconhecer legitimidade nas causas do Império do Brasil para ter travado a guerra. Nesse mesmo ano de 1910, em 25 de maio, data da batalha de Tuiuti, o líder Raimundo Teixeira Mendes publicou artigo no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, no qual contestava as comemorações pela derrota paraguaia nesse combate. Segundo Teixeira Mendes, a data somente poderia ser motivo de alegria para os brasileiros e para a Humanidade, quando o Brasil "assimilar a cabal reparação do crime que a Guerra do Paraguai constitui".

22) Teixeira Mendes retornou ao tema em 1920, no livro "A Guerra do Paraguai", no qual criticou duramente a política externa do Segundo Império. Após analisar a importância da questão da livre navegação dos rios platinos na herança, para Buenos Aires e Rio de Janeiro, da disputa histórica entre as metrópoles portuguesa e espanhola, denunciou Pedro II por rejeitar

arbitramentos que poderiam ter substituído as guerras na política do Estado Monárquico. Mendes acusou Pedro II de criminoso, de crime de lesa a humanidade, por sacrificar milhares de brasileiros e levar o Paraguai à ruína e interpretou como obsessão a exigência da retirada de López do poder no Paraguai, como constava no Tratado da Tríplice Aliança, para se chegar a paz.

23) Na década de 1920 eram poucos os positivistas sobreviventes da campanha contra a Monarquia brasileira, sendo que o próprio Teixeira Mendes morreu em 1927. A influência filosófica e política do positivismo decaiu com a morte de suas lideranças históricas e, ainda, em decorrência das mudanças pelas quais passou a sociedade brasileira na década de 1920: urbanização; industrialização; desenvolvimento de ideias socialistas; questionamento do poder oligárquico e surgimento de novos valores culturais.

24) Impôs-se, então, a interpretação clássica sobre a guerra, como o demonstram as conferências que Baptista Pereira fez e que foram publicadas sob o título de "Civilização contra barbárie" (São Paulo: Rossetti & Câmara, 1928). Para Baptista Pereira na Guerra do Paraguai se enfrentaram a Civilização - os Aliados, cujas sociedades eram relativamente liberais - e o Paraguai de López, o qual representava a Barbárie devido a suas características despóticas. Pouco depois, nos anos de 1934 e 1935, Augusto Tasso Fragoso publicou os cinco volumes de "História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai" (Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército).

Trata-se da obra maior da historiografia clássica, quer por consolidar informações e análises anteriores, quer pela aplicação do método histórico, com a utilização de fontes primárias escritas; confrontando-as e interpretando-as. Embora Tasso Fragoso fosse general, o trabalho não tinha o mesmo caráter apologético de estudos anteriores escritos por militares; buscou contextualizar as origens do conflito e entender a lógica que moveu López a desencadear da guerra, e avaliou as críticas

feitas a decisões tomadas pelos comandantes dos exércitos em luta.

25) A erudição e a qualidade da análise de Tasso Fragoso fez com que seu trabalho persistisse, nas quatro décadas seguintes, como “a última palavra” sobre a Guerra do Paraguai e que, hoje, continue sendo de consulta indispensável. Nesse período não houve maior interesse sobre a Guerra do Paraguai por parte de historiadores civis interessados em temas militares, de um lado porque tinham sua atenção voltada para a participação militar brasileira na II Guerra Mundial, na qual uma Divisão do Exército brasileiro lutou na Itália. Essa participação seu deu em um contexto de negociação entre o ditador Getúlio Vargas, o qual obteve dos EUA apoio para o desenvolvimento da indústria pesada brasileira (siderúrgica, indústria química e fábrica de motores).

A Guerra do Paraguai nada trouxera para o desenvolvimento econômico brasileiro. Ao contrário, produziu gastos estéreis e causara a morte de milhares de homens, enquanto a participação na II Guerra Mundial fez parte da construção do Brasil moderno; este é um dos motivos para a atração desta última para os estudos de História Militar.

Por outro lado, com a instalação do regime militar no Brasil, em 1964, os estudiosos civis priorizaram entender o processo político do período republicano e o papel nele desempenhado pelos militares, de modo a melhor compreender o regime autoritário que se instalara. Por fim, os arquivos sobre a Guerra do Paraguai estiveram até há pouco inacessíveis, quer pela desorganização, quer por seu caráter secreto, como foi o caso da famosa documentação existente no Arquivo Histórico do Itamaraty; esta, aberta em 1994, nada revelou de bombástico e, mesmo decepcionou (havia documentos de negociações diplomáticas do pós-guerra e, mesmo, um manual de química). Por esses motivos, após 1964 o tema Guerra do Paraguai foi praticamente monopólio de militares interessados em História, que produziram trabalhos pontuais sobre batalhas e aspectos organizacionais.

26) Essa situação mudou em 1979, quando foi publicado o livro “Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai” (São Paulo: Brasiliense), do jornalista Julio José Chiavenatto. Trabalho crítico quanto ao papel do Império na guerra, o livro era particularmente duro com o duque de Caxias, comandante-em-chefe das forças aliadas entre novembro de 1866 e janeiro de 1869.

Chiavenatto teve coragem pessoal ao publicar esse trabalho quando o regime militar, embora já promovesse a abertura política, ainda mantinha o sistema repressivo, e a ele cabe o mérito de ter revivido, naquele momento, o interesse sobre a Guerra do Paraguai. Contudo, ele mesmo reconhece nesse livro que seu caráter é jornalístico, escrito com “paixão” e não com critérios metodológicos historiográficos. No entanto, apesar da honestidade do autor em fazer essa declaração, os revisionistas brasileiros e de países vizinhos o citam como se fosse um trabalho historiográfico.

“Genocídio Americano” constitui-se, na realidade, uma simplificação das ideias do historiador argentino León Pomer, expostas no livro intitulado “La Guerra del Paraguay, gran negocio!”, publicado em 1968. A emoção no texto de Chiavenatto camufla sua incoerência lógica e a fragilidade das suas fontes, enquanto o trabalho de Pomer sustenta-se em bases mais sólidas. O livro de Pomer foi publicado no Brasil no Brasil em 1980 com o título de “A guerra do Paraguai, grande negócio” (São Paulo: Global).

Esses dois livros são marcos fundadores do movimento revisionista brasileiro e se constituíram em fontes repetidas por outros autores que, até meados da década de 1990, reafirmaram a tese do imperialismo inglês para explicar as origens da guerra.

27) No livro “Maldita Guerra” apresentei minha interpretação para o surgimento desse revisionismo e para a repetição de seus frágeis argumentos, de forma acrítica, por historiadores profissionais que, por formação, deveriam ser críticos. Sob o risco de ser monótono repito o que escrevi:

Os pressupostos e conclusões desses e de outros trabalhos revisionistas sofreram forte

influência do contexto histórico em que foram escritos. As décadas de 1960 e 1970 caracterizaram-se, na América do Sul, por governos militares. Uma forma de se lutar contra o autoritarismo era minando suas bases ideológicas. Daí, em grande parte, a acolhida acrítica e o sucesso em meios intelectuais do revisionismo sobre a Guerra do Paraguai: por atacar o pensamento liberal; por denunciar a ação imperialista e por criticar o desempenho dos chefes militares aliados, quando um deles, Bartolomé Mitre, foi expoente do liberalismo argentino, e, no Brasil, Caxias e Tamandaré, tornaram-se, respectivamente, patronos do Exército e da Marinha. Nota-se, ainda, nas entrelinhas de trabalhos revisionistas, a construção de certo paralelismo entre a Cuba socialista, isolada no continente americano e hostilizada pelos Estados Unidos, e a apresentação de um Paraguai de ditaduras "progressistas" e vítima da então potência mais poderosa do planeta, a Grã-Bretanha.

28) Para o revisionismo brasileiro o processo que desencadeou a Guerra do Paraguai foi mero reflexo da ação e dos interesses do imperialismo britânico. Este teria como objetivos:

- abrir a economia paraguaia para seus produtos manufaturados;
- ter acesso ao algodão paraguaio para a indústria inglesa de tecidos, que tivera cortado seu abastecimento tradicional devido a guerra civil norte-americana (1860-1865); e ainda
- de eliminar o modelo autônomo paraguaio de desenvolvimento que poderia ser seguido por outros países, comprometendo a predominância britânica na América do Sul.

29) Contudo, desde meados de 1980 surgiu uma nova corrente historiográfica que buscou as causas da Guerra do Paraguai no próprio processo histórico dos países platinos. Liliansa Brezzo a classificou, muito apropriadamente, como *Nueva historiografía sobre la Guerra de La Triple Alianza* e também pode ser classificada como Interpretação Sistêmica Regional. Uma historiografia que se caracteriza por pesquisa sólida em fontes primárias, o que

lhe permite concluir que as origens da guerra estão no próprio processo histórico regional; que o Paraguai não constituía exemplo de modernidade econômica e social no período que antecedeu o conflito e, ainda, analisar criticamente os personagens que participaram do processo que levou ao enfrentamento armado, em lugar de robustecer mistificações.

30) A *Nueva Historiografía* ou Interpretação Sistêmica Regional iniciou-se, no Brasil, com a publicação, em 1985, do livro "O expansionismo brasileiro: o papel do Brasil na bacia do Prata; da colonização ao Império" (Rio de Janeiro: Philobiblion), de Luiz Alberto Moniz Bandeira, na realidade tese de doutorado que ele defendera dois anos antes na Universidade de São Paulo.

Este trabalho pioneiro permaneceu solitário até a década de 1990, quando apareceram estudos que, embora de historiadores de diferentes universidades do país e sem contato entre si, possuem interpretações semelhantes para as origens da guerra e são críticos ao revisionismo. São eles, em ordem cronológica:

- Ricardo Salles com "Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército" (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990);
- Francisco Doratioto com "Guerra do Paraguai; 2ª Visão" (São Paulo: Brasiliense, 1991);
- Wilma Peres Costa com "A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império" (São Paulo: Hucitec, 1996);
- Victor Izeckson com "O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército brasileiro" (Rio de Janeiro: E-papers);
- Alfredo da Mota Menezes com "Guerra do Paraguai: como construímos esse conflito" (São Paulo: Contexto, 1998);
- André Toral "Imagens em Desordem: a iconografia na Guerra do Paraguai" (São Paulo: Humanitas, 2001); e
- Ana Paula Squinelo com "A Guerra do Paraguai, essa desconhecida... ensino, memória e história de um conflito secular" (Campo Grande: UCDB, 2002).

Em 2002 publiquei meu livro "Maldita Guerra, nova história da Guerra do Paraguai" (São Paulo: Companhia das

Letras), que teve grande repercussão e que, como se vê, não é um trabalho isolado, encontrando-se inserido em uma tendência historiográfica brasileira. Mais recentemente, Ricardo Salles publicou a bela obra intitulada “Guerra do Paraguai; memória & imagens (Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2003).

31) Também foram publicados livros sobre aspectos específicos da Guerra do Paraguai, sem aprofundar no debate sobre suas causas, mas baseados em extensa pesquisa em fontes primárias e seguindo o método histórico, distanciando-os das abordagens revisionistas. São eles:

- Mauro César Silveira com “A batalha de papel” (Porto Alegre: L&PM, 1996);
- Jorge Prata Sousa com “Escravidão ou morte; os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai (Rio de Janeiro: MAUAD, 1996);
- Renato Lemos com “Cartas da Guerra; Benjamin Constant na Campanha do Paraguai (Rio de Janeiro: IPHAN, 1999);
- André Toral com “Adeus amigo brasileiro; uma história da Guerra do Paraguai” (São Paulo: Cia. das Letras, 1999); e, mais tarde
- Marco Antonio Cunha com “A chama da nacionalidade; ecos da Guerra do Paraguai” (Rio de Janeiro: Bibliex, 2000); e
- Divalte Garcia Figueira com “Soldados e negociantes na Guerra do Paraguai” (São Paulo: Humanitas, 2001).

32) *A Nueva Historiografia sobre la Guerra de la Triple Alianza* ou Interpretação Sistemática Regional está isenta de ideologia? Claro que não. Sabe-se, muito bem, que toda produção intelectual carrega consigo valores da época em que foi escrita e do seu autor. *A Nueva Historiografia* emerge no contexto do fim das ditaduras no Cone Sul e, no plano mundial, do término da Guerra Fria. Esses acontecimentos levaram à abertura de arquivos; a maior liberdade acadêmica e à oxigenação ideológica, criando as condições para a ousadia intelectual por parte dos historiadores, que passaram a estudar novos objetos e questionar antigas interpretações que se apoiavam em precária base documental. Foi a redemocratização dos países que vivenciaram a Guerra do Paraguai

que permitiu superar o revisionismo simplificador.

33) Se também é portadora de uma carga ideológica, o que faz com que a Interpretação Sistemática Regional tenha maior validade do que a revisionista? Basicamente o fato de estar solidamente fundamentada em pesquisas que seguem o método histórico e que foram submetidas, durante as diferentes etapas do seu desenvolvimento, ao controle interno acadêmico: projetos de pesquisa; exames de qualificação; bancas examinadoras e, por último, as resenhas críticas externas. Essas características permitem restringir o nível de subjetividade e da deturpação ideológica da interpretação do fato histórico. A produção revisionista era militante, tendo como objetivo encontrar no passado elementos que permitissem confirmar sua visão do que deveria ser o mundo no presente e, principalmente, no futuro. Se os fatos históricos não se adaptassem a essa visão, fazia-se “releituras” deles ou, então, os ignorava. Foi desse modo que a sociedade paraguaia da época dos López foi apresentada quase como uma sociedade protosocialista cuja economia seria avançada e moderna. Eis também o motivo para o revisionismo ignorar que, ao começar a Guerra do Paraguai, o Império brasileiro estava de relações diplomáticas rompidas com a Grã-Bretanha, somente restabelecendo-as em outubro de 1865.

34) Pode-se aplicar ao revisionismo histórico brasileiro sobre a Guerra do Paraguai um verso da música “O Tempo não pára” do falecido compositor e cantor brasileiro Cazuza:

“As suas ideias não correspondem aos fatos”.

35) Atualmente no Brasil, jovens historiadores em formação nos cursos de Mestrado e Doutorado, estão trabalhando sobre diferentes aspectos da Guerra do Paraguai. O fazem em ambiente acadêmico mais favorável do que aqueles que os antecederam; aplicando o método histórico e, ainda, com melhor compreensão do contexto da guerra e, mesmo, contando com novas fontes. Portanto, pode-se esperar a

publicação de novos estudos relevantes sobre a Guerra nos próximos anos.

Referências

Memórias de Mme. Dorothea Duprat de Lasserre: versão e notas de J. Arthur Montenegro. Rio Grande: Livraria Americana, 1893.

Doratioto, Francisco. *Maldita Guerra; nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, cap. V.

Salles, Ricardo. "Memórias de guerra: Guerra do Paraguai e narrativa nacional", in: *História*. São Paulo, 1997, vol. 16, pág. 131 - 155.

Doratioto, Francisco. A imprensa de oposição e a política brasileira em relação ao Paraguai (1869 - 1875) in *Textos de História*. Brasília: Revista da Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, v. 1, n. 1, p. 77-102, 1993.

Bosi, Alfredo. "O positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração" in *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, ano XI, abr.-jun. 2005, n. 43, p. 175.

Costa, Wilma Peres. Resenha do livro "O Quinto Século: André Rebouças e a construção do Brasil", de Maria Alice Rezende de Carvalho, in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, v. 14, n. 40, jun. 1999, p. 173.

Lobo, Hélio. *Antes da guerra (a Missão Saraiva ou os preliminares do conflito com o Paraguay)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1914.

Brugada, Ricardo. *Brasil-Paraguay*. Rio de Janeiro: L. Malafaia Júnior, 1903, p. 76-77; p. 97-98 e 151.

Guimarães, Lucia Maria Paschoal. "Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX", in: *Tempo*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, v. 9. Nº 18, p. 167.

Alembert, Francisco. "O Brasil no espelho do Paraguai" in: Mota, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta; formação: histórias*. São Paulo: SENAC, 2000, p. 314.

Mendes, Raimundo Teixeira. *A Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Edição J. B. Leal, 1920.

Mota, Carlos Guilherme. *História de um silêncio: a Guerra do Paraguai 130 anos*

depois in *Estudos Avançados*. São Paulo: USP, v. 9, n. 24, p. 243-254, mai/ag. 1995.

Amayo, Enrique. "Guerras imperiais na América Latina do século XIX - A Guerra do Paraguai em perspectiva histórica"

Brezzo, Liliana. "La historiografía paraguaya: del aislamiento a la separación de la mediterraneidad" in *Diálogos*. Maringá (Paraná): Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, 7:1, 2003. Krauer, Juan Carlos Herken et Herken, Maria Isabel Giménez de. *Gran Bretaña y la Guerra de la Triple Alianza*. Asunción: Editorial Arte Nuevo.

Referências eletrônicas:

Francisco Doratioto: História e Ideologia: a produção brasileira sobre a Guerra do Paraguai, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], Workshops, Online since 13 January 2009, connection on 08 September 2015.

URL: <http://nuevomundo.revues.org/49012>; DOI: 10.4000/nuevomundo.49012

Editor:

Pela AHIMTB/RS:

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Inf EM
(lecaminha@gmail.com)